

GOLPE NA CONSTITUIÇÃO DE MINAS GERAIS PARA CALAR O POVO E FACILITAR A PRIVATARIA

A luta da sociedade continua para barrar este crime de lesa-pátria, de entregar a Copasa para exploração privada de serviço público

A proposta de Emenda Constitucional (PEC) 24/2023, de autoria do governador Romeu Zema, para impedir o referendo do povo mineiro para vender estatais de serviços públicos essenciais foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por 5 a 2 dos votos de seus membros. Votaram a favor da privatária os deputados Doorgal Andrada (PRD), presidente da CCJ; Zé Laviola (Novo); Thiago Cota (PDT); Maria Clara Marra (PSDB) e Amanda Teixeira Dias (PL). Os votos contrários ao golpe foram dos deputados Cristiano Silveira e Doutor Jean Freire, ambos do PT.

A grande mobilização travou as várias tentativas de aprovação, e a PEC de Zema foi alterada, tirando as demais estatais da “carnificina” de desmanche do Estado, levando para o cadafalso da privatização apenas a Copasa, avaliada com poucas moedas, com a trama para vendê-la a agentes privados bem próximos do governador, sob o alibi de dar entrada no pagamento da dívida de Minas com a União, que cresceu monstruosamente pelo Estado comandado pelo comedor de bananas com casca.

Ao mesmo tempo em que deputados zemistas ressuscitam a triste memória de Joaquim Silvério dos Reis de traição na história da Inconfidência Mineira, que levou ao enforcamento de quem defendia interesses do povo, o governador andou perambulando em encontros em São Paulo com os virtuais interessados em comprar a Copasa, resultando em denúncia grave na imprensa de articulações malcheirosas de corrupção que precisam ser investigadas com rigor.

A privatária de Zema, no entanto, pode ainda ser



barrada com a intensificação da mobilização do povo, a consciência cívica e responsabilidade social dos deputados e ações do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a apuração da Polícia Federal sobre eventual trama criminosa denunciada na imprensa. Antes de chegar a Zema para promulgação, a matéria precisa passar por Comissão Especial e ser votada em dois turnos no plenário

Os deputados serão responsabilizados pelo crime de lesa-pátria ou pela honra de cumprirem um mandato em nome do povo, concorrendo os traidores para serem rigorosamente denunciados para ninguém manchar o seu voto, não trazendo-os de volta para fazerem trabalho sujo contra o Estado e a sociedade.

MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Trabalhadores deliberarão sobre a proposta da Copasa para Acordo

No próximo dia 24 de setembro, realizaremos uma grande mobilização na Praça da ALMG, com o SINDÁGUA disponibilizando ônibus para todos os trabalhadores comparecerem e lutarmos pelos direitos da categoria e do povo ao saneamento público. Convocamos todos os trabalhadores a somarem forças para defendermos nossos direitos e a própria Copasa.

Participe da audiência pública dia 24, que discutirá a proposta de privatizar a Copasa



Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais: 

 Facebook /sindaguamg  Youtube /sindagua.mg  Twitter /sindaguamg  Instagram /sindagua.mg  LinkedIn /sindagua-mg  WhatsApp (31) 3297-7227

